

# As fronteiras da acumulação do capital no Sul global

**Lorena Izá Pereira**

Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – João Pessoa, Paraíba, Brasil.  
e-mail: iza.pereira@unesp.br

**Camila Ferracini Origuéla**

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – São Paulo, São Paulo, Brasil. e-mail:  
ferracinicamila@yahoo.com.br

## Resumo

O capital precisa constantemente de terras e mercados para garantir a acumulação do capital. Para isso é necessário promover novas narrativas e normativas que justifiquem tais apropriações. A partir disso, o objetivo deste artigo é realizar uma discussão acerca das diferentes fronteiras da acumulação do capital, destacando as políticas agrárias e a expansão do agronegócio, especialmente no Brasil, porém sem perder a escala de análise do Sul global. Diferentes agentes tem uma atuação importante neste processo, o Estado age na identificação de áreas para a expansão não apenas do agronegócio, mas de todas as atividades que visam a exploração de diferentes recursos, como água, mineração e ventos.

**Palavras-chave:** Estado; políticas públicas; narrativas; acumulação primitiva; acumulação por despossessão.

## The frontiers of capital accumulation in the global South

### Abstract

Capital constantly needs land and markets to ensure capital accumulation. For this it is necessary to promote new narratives and regulations that justify such appropriations. From this, the objective of this article is to carry out a discussion about the different frontiers of capital accumulation, highlighting agrarian policies and the expansion of agribusiness, especially in Brazil, but without losing the scale of analysis of the global South. Different agents play an important role in this process, the State acts in identifying areas for the expansion not only of agribusiness, but of all activities aimed at exploring different resources, such as water, mining and wind.

**Keywords:** State; public policy; narratives; primitive accumulation; accumulation by dispossession.

## Las fronteras de la acumulación de capital en el Sur global

### Resumen

El capital necesita constantemente tierras y mercados para garantizar la acumulación de capital. Para ello es necesario impulsar nuevas narrativas y normativas que justifiquen tales apropiaciones. A partir de esto, el objetivo de este artículo es realizar una discusión sobre las diferentes fronteras de la acumulación de capital, destacando las políticas agrarias y la expansión de la agroindustria, especialmente en Brasil, pero sin perder la escala de análisis del Sur global. Diferentes agentes juegan un papel importante en este proceso, el Estado actúa en la identificación de áreas para la expansión no solo de la agroindustria, sino de todas

las actividades encaminadas a explorar diferentes recursos, como el agua, la minería y el viento.

**Palabras-clave:** Estado; políticas públicas; narrativas; acumulación primitiva; acumulación por despojo.

## Introdução

A primeira forma de acumulação é justamente aquela que deu origem ao sistema capitalista, sendo “uma acumulação que não é resultado do modo de produção capitalista, mas sim seu ponto de partida” (MARX, 2013, p. 514). A assim chamada acumulação primitiva (*the so called primitive accumulation*), tema abordado por Marx no capítulo XXIV do primeiro tomo do “O Capital”, publicado em 1867, corresponde ao processo de separação do trabalhador do meio de produção, é a acumulação originária que, ademais de incorporar novas áreas para a expansão do capital, gera uma massa de mão-de-obra barata, formando um exército industrial de reserva.

A expropriação e expulsão de uma parte da população rural não só libera trabalhadores para o capital industrial, e com eles seus meios de subsistência e seu material de trabalho, mas cria também o mercado interno. De fato, os acontecimentos que transformam os pequenos camponeses em assalariados, e seus meios de subsistência e de trabalho em elementos materiais do capital (MARX, 2013, p. 531).

Todavia, para a garantia da continuidade da acumulação capitalista, são necessários novos espaços, mercados e consumidores. Desta forma, a acumulação primitiva não ficou reclusa no século XVI, período de análise de Marx (2013 [1867]) sobre os cercamentos de terra (*enclosures*) na Inglaterra. É neste sentido que Harvey (2004) discute a acumulação por despossessão como um processo atual e permanente. Como este processo ainda é realidade, Harvey (2004) entende como um equívoco denominar de primitivo ou originário e passa a trata-lo como acumulação por despossessão. Desta forma, a acumulação por despossessão é a atualização da acumulação primitiva.

Além da apropriação de espaços marginais segundo a lógica do capital (mas que na realidade são territórios de camponeses, indígenas, quilombolas e demais comunidades e povos tradicionais), a acumulação por despossessão traz no seu cerne as estratégias permanentes de apropriação de bens comuns por interesses privados, garantindo assim a acumulação de capital. O debate acerca da acumulação por despossessão é amplo e está em constante movimentos, com variações como acumulação por deslocamento (ARAGHI, 2009), acumulação por expansão (COSTANTINO, 2016) e regimes de despossessão (LEVIEN, 2012).

É neste sentido que entendemos a expansão das fronteiras de acumulação do capital, novos espaços e novos mercados incorporados à lógica do sistema capitalista com o objetivo de garantir a continuidade da acumulação de capital. Assim, aqui a fronteira não é entendida como limite, marco ou linha divisória, ou até mesmo como fronteira interna formada por grupos sociais que desbravam territórios selvagens, no sentido do *pioneirismo*, como frequentemente é abordado nos estudos da Sociologia, Antropologia, História e Geografia sobre as fronteiras (MARTINS, 2009).

Para compreender as fronteiras de acumulação do capital, partimos no sentido das “fronteiras agrícolas neoliberais”, definidas por Brannstrom (2009) como zonas de expansão das atividades agrícolas e pecuárias impulsionadas pelo mercado global (de *commodities* e, conseqüentemente, de terras), caracterizadas pela presença de corporações transnacionais que atuam em toda a cadeia alimentar e pela a intensificação da exportação, que aqui entendemos como uma dinâmica neoextrativista, uma vez que o aumento da exportação de *commodities in natura* (sem processamento) é uma marca deste processo.

É importante considerar que o avanço da fronteira de acumulação do capital está intrinsecamente relacionado com o momento econômico e político. Nos primeiros anos do século XXI, elementos como o *boom* das *commodities* e *consenso de los commodities* (SVAMPA, 2013)<sup>1</sup>, onde o preço destes produtos estavam altos no mercado internacional, promoveram uma aceleração na busca por terras e demais recursos com o objetivo único de manter tal padrão de produção e de acumulação.

É importante entender que para a expansão da fronteira da acumulação não é apenas a terra enquanto substrato material que é apropriada pelos agentes capitalistas, mas também os recursos e objetos de trabalho preexistentes (MARX, 2013) disponíveis na mesma. Desta maneira, as águas, os minérios, a biodiversidade, a fertilidade dos solos e até mesmo os ventos e raios solares são apropriados por múltiplos agentes no processo da acumulação do capital. Contudo, para se ter acesso a estes recursos e objetos de trabalho preexistentes, a terra é primordial. Por exemplo, para ocorrer a apropriação privada dos ventos e transformá-lo em energia é fundamental que haja terra para a instalação de aerogeradores (TRALDI, 2019; PEREIRA, 2021).

La producción capitalista ha estado calculada, en cuanto a sus formas de movimiento y leyes, desde el principio, sobre la base de la Tierra entera como almacén de fuerzas productivas. En su impulso hacia la apropiación de fuerzas productivas para fines de explotación, el capital recorre el mundo entero; *saca medios de producción de todos los rincones de la Tierra*; cogiéndolos o adquiriéndolos de todos los grados de cultura y formas sociales

---

<sup>1</sup> Definido por Svampa (2013) como uma nova ordem econômica e político-ideológica, sustentada pelo aumento dos preços de matérias-primas no mercado internacional e também de bens de consumo demandados pelos países hegemônicos do sistema capitalista. Tal consenso é um dos responsáveis pela intensificação da corrida mundial por terras que ocorre em todo o globo, mas de modo mais acelerado nos países do Sul.

(...) *La apropiación súbita de nuevos territorios de materias primas en cantidad ilimitada, para hacer frente, así, a todas las alternativas e interrupciones eventuales de su importación de antiguas fuentes, como a todos los aumentos súbitos de la demanda social, es una de las condiciones previas, imprescindibles, del proceso de acumulación en su elasticidad* (LUXEMBURG, 1913, p. 173 – grifo nosso).

Neste sentido, o objetivo desta apresentação é discutir acerca das diferentes fronteiras da acumulação do capital, focando as políticas agrárias e a expansão do agronegócio, especialmente no Brasil, porém sem perder a escala de análise do Sul global, uma vez que tais dinâmicas ocorrem com importante incidência nos países da América Latina, sudoeste asiático e no continente africano. Para atingir este objetivo o artigo está organizado em três seções. Na primeira serão abordadas as narrativas e as normativas que justificam e possibilitam a expansão da fronteira da acumulação do capital. Na segunda parte serão discutidas as fronteiras da acumulação do capital no Sul global e as suas dinâmicas. Por fim, serão apresentados os artigos que compõem o sexagésimo número da Revista NERA.

### **As narrativas e as normativas da expansão da fronteira da acumulação**

Para se ter acesso a *novas terras* é preciso instituir narrativas e normativas para justificar tal expansão. É neste cenário que as fronteiras de acumulação do capital são alargadas, incorporando terras que na realidade são territórios de camponeses, de indígenas, de quilombolas e de demais comunidades e povos tradicionais. As narrativas são diversas e se renovam no espaço e no tempo. No século XXI a convergência de múltiplas crises<sup>2</sup> – alimentar, ambiental, climática, energética e financeira (BORRAS JR., et al., 2012) – são discursos que justificam a expansão das fronteiras.

A necessidade de produzir mais *commodities* para alimentar a população mundial que em 2050 atingirá a marca de nove bilhões de habitantes (FAO, 2009); a indispensabilidade de promover o desenvolvimento sustentável garantindo a conservação da natureza através da criação de serviços ambientais, como o mercado de crédito de carbono, a *climate smart agriculture*, os títulos verdes (*green bonds*) e as energias renováveis, como a fotovoltaica e eólica são algumas das narrativas postas para justificar a expansão da fronteira da acumulação, uma vez que são necessárias novas terras para solucionar a crise alimentar e ambiental/climática. São discursos contraditórios porque historicamente a fome não é um problema de produção, mas sim de distribuição (CASTRO, 1955) e as questões ambientais/climáticas não serão resolvidas pelas vias do mercado.

Ao mesmo tempo, para possibilitar a expansão das fronteiras da acumulação o Estado e as instituições multilaterais atuam na identificação de áreas para tal aumento. Em

---

<sup>2</sup> Lembrando que as crises são intrínsecas ao sistema capitalista (HARVEY, 2005).

escala global, o exemplo mais representativo na atualidade é o relatório “*Rising global interest in farmland. Can it yield sustainable and equitable benefits?*” (Deininger et al., 2011) publicado em 2011 pelo Banco Mundial. Neste documento foram identificados 445 milhões de hectares aptos e disponíveis para agentes capitalistas. São espaços chamados de vazios, com ocupação menor a 25 pessoas por quilometro quadrado, ou seja, não são marginais, são espaços ainda não incorporados à lógica do capital.

É interessante a reflexão de como a narrativa de espaço vazio é construída pelos agentes do capital hegemônico como terras aptas para a expansão das fronteiras de acumulação. Tais espaços são transformados em vazios e isso ocorre usualmente em terras cujo o regime de propriedade privada não é estabelecido. Ferreira (2009), ao estudar a implementação do cultivo de eucalipto no norte do estado do Espírito Santo no final do século XIX, evidenciou como ocorria a transformação de terras de uso coletivo em áreas vazias e adequadas para a apropriação pelo capital. Ao pesquisar o estado de Tamil Nadu, no sul da Índia, Baka (2017) mostrou como as terras coletivas destinadas ao cultivo de *Prosopis*, considerada como floresta social e utilizada como lenha para a geração de energia, foram convertidas em espaços vazios para a implementação de projetos de produção de agrocombustíveis. A identificação destes espaços possibilita a criação de bancos de terras que estariam disponíveis para a expansão do capital (NALEPA, GIANOTTI e BAUER, 2017), ou seja, estabelece novas fronteiras.

O Brasil também cumpre um exitoso papel na identificação de áreas para a expansão da acumulação. Exemplos são múltiplos, como o MATOPIBA, regionalização delimitada pelo Grupo de Inteligência Territorial Estratégica (GITE/EMBRAPA), que abarca 337 municípios dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, sendo considerada a última fronteira agrícola em áreas de Cerrado no Brasil (FERNANDES, FREDERICO e PEREIRA, 2019) e fronteira da estrangeirização das terras (PEREIRA e PAULI, 2019; PEREIRA, 2019). Seguindo o próspero exemplo do MATOPIBA, há propostas de regionalização como a Zona de Desenvolvimento Sustentável dos Estados do Amazonas, Acre e Rondônia, popularmente conhecida como AMACRO, apoiada recentemente pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) (SUDAM, 12 abr. 2021).

Outro exemplo é a SEALBA, regionalização que engloba 171 municípios dos estados de Sergipe, Alagoas e Bahia e posta pela EMBRAPA (2019) como região de alto potencial agrícola na região Nordeste do Brasil. É importante pontuar que não é apenas para a expansão via agronegócio que o Estado atua na identificação de área, um caso em emblemático é a produção de atlas de potencial eólico não apenas a nível nacional (AMARANTE et al., 2001), mas também em escala estadual, sobretudo no Nordeste, como ocorre na Bahia, Paraíba e Rio Grande de Norte. Estados como Pernambuco e Ceará

inovaram e produziram atlas híbridos, isto é, identificando o potencial eólico e solar (PEREIRA, 2021), resultando em uma “guerra dos Lugares” (TRALDI, 2019).

O Estado também atua na criação de normativas, que envolvem desde marcos jurídicos e regulatórios até políticas públicas de incentivo a expansão do capital. Além de financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e demais vantagens financeiras disponibilizados para o agronegócio, há a promulgação de leis, decretos e medidas provisórias, que criam normativas em prol da expansão da acumulação do capital.

Os exemplos são múltiplos. São os marcos jurídicos que visam a flexibilização da apropriação de terras por estrangeiros no Brasil, como o caso do Projeto de Lei n. 2.963/2019, aprovado no Senado em dezembro de 2020 sem maiores discussões com a sociedade civil (PEREIRA, ORIGUÉLA e COCA, 2021). São os projetos de lei que objetivam a regulamentação da mineração em territórios indígenas, como o Projeto de Lei n. 191/2020, que foi justamente com esta medida que “deu-se início à política de expansão territorial da fronteira mineral” (WANDERLEY, GONÇALVES e MILANEZ, 2020). Outro exemplo é a restrição da demarcação de terras indígenas e consolidação da tese do marco temporal, como o texto base aprovado em junho de 2021 pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 23 jun. 2021).

A liberação dos agrotóxicos e de sementes geneticamente modificadas também se configura como uma forma de instituir normativas, no total foram 1.137 agrotóxicos liberados<sup>3</sup> pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) desde o início do governo de Jair Messias Bolsonaro (sem partido) em 2019 e justamente por isso, no início de agosto de 2021, o Ministério Público Federal (MPF) abriu três inquéritos para apurar tal liberação indiscriminada de agrotóxicos, ademais da militarização de órgãos como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e a divergência nos dados sobre as queimadas (CARTA CAPITAL, 04 ago. 2021). Estes são alguns dos inúmeros exemplos das narrativas e das normativas institucionalizadas para justificar a ampliação das fronteiras da acumulação do capital, que expande em direção aos territórios indígenas, camponeses, quilombolas e de demais comunidades e povos tradicionais, são terras públicas, de uso comum e de interesse nacional que são postas a serviço do capital.

---

<sup>3</sup> Tal número pode ser maior considerando que segundo o portal Repórter Brasil e a Agência Pública (26 nov. 2020), o Governo não divulga dados de 72% dos agrotóxicos, com o objetivo de proteger multinacionais que atuam no setor.

## Quais os sentidos das fronteiras?

As fronteiras da acumulação do capital se expandem em múltiplas dimensões em todos os países do globo<sup>4</sup>, porém apresentando maior incidência no Sul global (PEREIRA, ORIGUÉLA e COCA, 2020), uma vez que nestes são identificados maiores bancos de terras disponíveis para a expansão do capital, usualmente terras cuja a lógica da propriedade privada ainda não se faz presente. No continente africano um dos casos emblemáticos é o Programa de Cooperação Tripartida para o Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical de Moçambique (ProSAVANA), projeto criado no âmbito dos governos de Moçambique, Brasil e Japão para o desenvolvimento do Corredor de Nacala. Segundo Catsossa (2019), assim como o MATOPIBA, o ProSAVANA é uma regionalização institucionalizada pelo Estado e imbricada em um jogo de interesses geopolíticos.

No estudo “Cercas digitais: cercamento financeiro das terras agrícolas na América do Sul” publicado pela GRAIN em setembro de 2020, foram identificadas cinco zonas prioritárias de expansão e investimentos do agronegócio na América do Sul, sendo: a Orinoquia ou os Llanos Orientais na Colômbia, os departamentos de Santa Cruz de la Sierra e Beni nos bosques secos chiquitanos na Bolívia, o Chaco Seco Paraguai e o Chaco Argentino e, no Brasil o documento identifica o já citado MATOPIBA e as regiões no curso da rota de escoamento da hidrovía Paraná-Paraguai. Estas zonas prioritárias de expansão e investimentos do agronegócio são, na realidade, fronteiras da acumulação do capital.

Em tais zonas foram identificadas características como a alta concentração de terras agricultáveis em imóveis de extensão considerável; ocupação majoritária de monoculturas e pastagens para pecuária; aumento do controle das terras e territórios; processos de digitalização da governança da terra por meio de cadastros (como Cadastro Ambiental Rural – CAR), titulações massivas (sobretudo de propriedades privadas e individuais), georreferenciamento, dentre outros e aumento do investimento em logística e infraestruturas por parte não somente do Estado, mas também de empresas de capital privado.

No Brasil, além do MATOPIBA e das regiões no curso da rota de escoamento da hidrovía Paraná-Paraguai, identificadas no estudo da GRAIN, há outras fronteiras de acumulação em curso como as já citadas como SEALBA (EMBRAPA, 2019) e AMACRO. Ademais do agronegócio que explora a terra a partir da monocultura, existem outras fronteiras de acumulação pautadas na exploração dos recursos e dos objetos de trabalho preexistentes, como o potencial eólico e fotovoltaico. Um exemplo emblemático é o seminário da região Nordeste que desde 2009 desponta como principal área de incidência de parques eólicos.

---

<sup>4</sup> Há pesquisas que indicam a expansão do controle dos territórios para a exploração de recursos em países da América do Norte, como EUA (LIMA e OLIVEIRA, 2018) e Canadá (DESMARAI, QUALMAN, MAGNAN e WIEBE, 2017) e também do continente europeu (PLOEG, BORRAS JR. e FRANCO, 2015).

De acordo com o Sistema de Informação de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica (SIGA/ANEEL) atualmente existem 1.069 parques no Brasil, com 31.090.813,00 kW de potencial eólico outorgado (dados coletados em 13 de julho de 2021). Deste total, 963 empreendimentos estão localizados no Nordeste, sendo 627 em operação, 148 em construção e 188 outorgados e sem construção iniciada. Os principais estados onde ocorre a apropriação privada dos ventos são: Bahia (333 parques), Rio Grande do Norte (313 parques) e Piauí (116 parques).

A fronteira de exploração dos minérios também está em franca expansão. Além na manutenção da atividade predatória em regiões já consolidadas, como o quadrilátero ferrífero em Minas Gerais, conhecida pelos crimes ambientais da Samarco Mineração S.A.<sup>5</sup> em Mariana, em novembro de 2015 e da Vale S.A. em Brumadinho, em janeiro de 2019 e Amazônia (GARRIDO FILHA, 1980; OLIVEIRA, 1988), especialmente o estado do Pará, que apresenta um histórico de atividade de mineração, sendo o território de diversos megaprojetos como o Programa Grande Carajás (COELHO, 2015) e a Mineração Rio do Norte (WANDERLEY, 2008), ambos implantados na década de 1970, outras localidades passam a ter a exploração mineral como realidade.

São diversos exemplos representativos, há o projeto de mineração “Pedra de Ferro<sup>6</sup>”, no qual a Bahia Mineração (BAMIN), controlada pelo grupo cazaquistânês Eurasian Resources Group (ERG) e que explora minério de ferro no distrito de Brejinho das Ametistas, abarcando porções dos municípios baianos de Caetité e Pindaí. A atividade predatória tem resultado em conflitos por terra e por água. De acordo com Rodrigues e Silva (2016), desde o início do investimento da empresa na região, foram registradas 1.320 famílias atingidas, sendo cerca de 261 conflitos por água, isso porque a nascente do Rio Pedra de Ferro está localizada entre Caetité e Pindaí, sendo o responsável pelo abastecimento de 3.000 famílias nos municípios de Caetité, Pindaí e Licínio de Almeida (RODRIGUES e COSTA, 2016).

Um caso representativo é a canadense Yamana Gold, que no ano de 2006 adquiriu infraestruturas de exploração mineral em Jacobina, município localizado no centro-norte baiano, local conhecido pela Serra de Jacobina. Desde sua implantação os conflitos e a conflitualidade com as comunidades tradicionais da área são realidade. É interessante sublinhar que a Serra de Jacobina também tem se consolidado como fronteira de exploração do potencial eólico. Segundo audiência pública realizada em formato virtual em 27 de julho de

---

<sup>5</sup> As corporações Vale S.A. e BHP Billiton Brasil Ltda. são as detentoras da Samarco Mineração S.A.

<sup>6</sup> Segundo Rodrigues e Costa (2016), a área de abrangência do projeto é de 700 quilômetros, considerando a adutora de água do Rio São Francisco, em Malhada, até o terminal Portuário Ponta da Tulha, em Ilhéus, litoral Sul da Bahia.



2021<sup>7</sup>, a expansão dos parques eólicos na região está intrinsicamente relacionada com a atividade minerária.

Assim, a mineração caracterizada como genealogia do desastre (ARÁOZ, 2020) e pautada na lógica “terra morta, água morta” (SASSEN, 2016) encontra e se torna, de certa forma dependente, da energia eólica, justificada através de narrativas de conservação ambiental, de mitigação das mudanças climáticas e pela necessidade da promoção do dito desenvolvimento sustentável. Está é apenas uma das diversas contradições nas quais o processo de expansão das fronteiras da acumulação está envolto.

Ademais da terra, dos minérios e dos ventos, há o interesse na apropriação das águas como um recurso da lógica de acumulação do capital (MONDARDO e AZEVEDO, 2019). Seja pelo agronegócio ou mineração, as águas bem de uso comum são alvos da expansão do capital, que utilizam e contaminam este recurso finito. Segundo o caderno de conflitos no campo, publicado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) em 2021, no ano de 2020 ocorreram no Brasil 350 conflitos por água, onde os estados com maior incidência de conflitos foram Minas Gerais (125), Pará (31), Sergipe (27) e Bahia (26). Segundo Wanderley, Rocha-Leão e Coelho (2021), dos 2.039 conflitos por água registrados entre 2011 e 2020, 885 foram de responsabilidade de mineradoras, 442 de empresários, 365 de hidrelétricas, 183 do Estado, 140 de fazendeiros e apenas 24 decorrentes de outras ações.

Exemplo são diversos, como o caso de Correntina, município localizado no oeste da Bahia e palco de conflitos envolvendo a apropriação das águas para o agronegócio, o que resultou no secamento do Rio Arrojado, impactando agricultores familiares, comunidades de Fundo e Fecho de pasto e comunidades ribeirinhas, conforme destaca o mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil, organizado pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). Já na Chapada do Apodi, no Ceará, os conflitos pela água ocorrem em torno da apropriação do perímetro irrigado, disputado entre empresas produtoras de frutas, como a Del Monte Company (FERNANDES, CASSUNDÉ e PEREIRA, 2018). O número sessenta da Revista NERA evidencia muito bem esta dinâmica das fronteiras de acumulação do capital, com contribuições que analisam desde o Baixo Limpopo, em Moçambique até os assentamentos rurais da Campanha Gaúcha.

## **Sobre este número**

Seguindo a tendência das outras edições, o 60º número da Revista NERA é marcado pela diversidade de objetos de análises. Mesmo com tal multiplicidade, as transformações

---

<sup>7</sup> Audiência pública da Frente Parlamentar Ambientalista da Bahia – Movimento Salve as Serras. Realizada em formato virtual no dia 27 de julho de 2021. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=yqXLTf\\_WjXo](https://www.youtube.com/watch?v=yqXLTf_WjXo)>. Acesso em: 06 ago. 2021.

agrárias decorrentes da expansão do agronegócio é o elo que une os artigos deste número. No primeiro artigo da edição, intitulado “A crítica ao pesquisador e seu exemplo na geografia regional: a proposta de Pasquale Petrone para a Vale do Ribeira”, a autora Cecilia Cruz Vecina problematiza o papel do pesquisador, sujeito planejador e que se pretende iluminar a sociedade. Para isso, a autora realiza uma análise da tese de doutorado do geógrafo Pasquale Petrone, que se abordou os “problemas” do Vale do Ribeira.

Em “Propulsores do desenvolvimento socioeconômico em assentamentos de reforma agrária no Brasil” os autores Acácio Zuniga Leite, Sérgio Sauer, Bruno Portela Brasileiro e Araê Claudinei Lombardi identificaram e analisaram os principais fatores das políticas de implementação de assentamentos rurais que contribuem para o desenvolvimento socioeconômico das famílias assentadas. Para isso, os autores utilizaram os dados da “Pesquisa sobre Qualidade de Vida, Produção e Renda nos Assentamentos da Reforma Agrária” (PQRA), coordenada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). No artigo “A legalização nefasta dos venenos no Brasil: agrotóxicos, sementes transgênicas e riscos à saúde” a autora Raisa Maria de Sousa Regala analisou a partir do processo de modernização da agricultura o uso intenso de agrotóxicos no país, destacando os malefícios que isso pode ocasionar à saúde e ao ambiente.

Os autores Débora Pavani Silva e Antonio Lázaro Sant’Ana discutiram no artigo “Obtenção e troca de sementes crioulas pelos Guardiões e Guardiãs do Território Prof. Cory/Andradina (SP) e o papel das instituições públicas” como ocorre a obtenção e a troca de sementes crioulas entre os guardiões(ãs) nos assentamentos rurais do Território Prof. Cory/Andradina (SP), assim como o papel das instituições públicas nessa questão. De acordo com os autores, o uso de sementes crioulas tem permitido maior autonomia produtiva, além de segurança alimentar, aos agricultores familiares. Isso fortalece a resistência e permanência dessas famílias na terra. As instituições públicas, principalmente as entidades de pesquisa e extensão rural, podem contribuir com a ampliação do uso dessas sementes, apresentando um papel fundamental nessa questão.

Em “Desigualdades socioespaciais no acesso ao serviço de orientação técnica no Brasil e no Estado de Goiás: uma análise geográfica dos dados da agricultura familiar e não familiar nos Censos Agropecuários de 2006 e 2017” os autores Raphael Fernando Diniz e Evandro Cesar Clemente analisaram os dados dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017 referentes ao acesso à orientação técnica por estabelecimentos de agricultura familiar e não familiar, com o objetivo de entender se esta política conseguiu expandir e universalizar o acesso ao serviço de ATER no país, assim como reduzir as disparidades no Brasil e, mais especificamente, no estado de Goiás. De acordo com os autores, o cenário é de profundas desigualdades socioespaciais no acesso à orientação técnica prestada por entidades estatais e não estatais de ATER, visto que os estabelecimentos familiares, principalmente de

assentados, ocupantes e parceiros não possuem atendimento técnico durante a realização de suas atividades produtivas.

No artigo “A expansão da agricultura capitalista subsidiada pelas ações do Estado em Mato Grosso do Sul” os autores Amanda Emiliana Santos Baratelli e Sedeval Nardoque analisaram as ações do Estado brasileiro nos últimos tempos para a agricultura capitalista e para a agricultura familiar camponesa em Mato Grosso do Sul. De acordo com os autores, as políticas de investimentos para o campo brasileiro destinaram-se, sobretudo, à expansão da agricultura capitalista. Todavia, os governos Lula e Dilma dedicaram algumas ações tanto à manutenção como ao crescimento da agricultura camponesa.

O autor Mateus de Almeida Prado Sampaio analisou no artigo “Mato Grosso do Sul e suas zonas canavieiras: uma região de fronteira (1931-2020)” o processo de expansão do cultivo de cana-de-açúcar no estado de Mato Grosso do Sul. O trabalho oferece ao leitor uma perspectiva abrangente do processo histórico de expansão da atividade canavieira no Mato Grosso do Sul, com enfoque nos aspectos naturais e sociais. Em “Os impactos gerados pela instalação de assentamentos rurais na Campanha Gaúcha, Rio Grande do Sul, Brasil” as autoras Rosa Maria Vieira Medeiros e Michele Lindner analisaram as mudanças ocorridas na paisagem da Campanha Gaúcha com suas novas formas produtivas, econômicas, sociais e sua relação na constituição de novos territórios. Por fim, no artigo “Agricultura no regadio do Baixo Limpopo, Gaza, Moçambique: uma breve análise e reflexão sobre a tipologia dos Agricultores” o autor Nelson Maria Rosário analisou a tipologia dos agricultores existentes na região do regadio do Baixo Limpopo, província de Gaza, Moçambique.

Desejamos a todas(os) uma excelente leitura e que sejam frutíferos os debates!

## Referências

AMARANTE, O. A. C. do, et al. **Atlas do potencial eólico brasileiro**. Brasília: Ministério de Minas e Energia, 2001.

ANEEL **Sistema de Informações de Geração da ANEEL (SIGA)**: Brasília, Agência Nacional da Energia Elétrica, 2021. Disponível em: <https://www.aneel.gov.br/siga>. Acesso em: 13 jul. 2021.

ARAGHI, Farshad. Accumulation by displacement: global enclosures, food crisis and the ecological contradictions of capitalism. *Political Economy Perspectives on the World Food Crises*, v. 32, n. 1, p. 113-146, 2009.

ARÁOZ, Horacio Machado. **Mineração, genealogia do desastre**: o extrativismo na América como origem da modernidade. São Paulo: Elefante, 2020.

BAKA, Jennifer. Making space for energy: wasteland development, enclosures, and energy dispossessions. **Antipode**, v. 49, n. 4, p. 977–996, 2017.

BORRAS JR., Saturnino. M. et al. Land grabbing in Latin America and the Caribbean. **The Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 2-3, p. 845–872, 2012.

BRANNSTROM, Christian. South America's Neoliberal Agricultural Frontiers: Places of Environmental Sacrifice or Conservation Opportunity? **Ambio**, v. 38, n. 3, p. 141-149, 2009.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. CCJ aprova texto-base de proposta sobre demarcação de terras indígenas. **Agência Câmara dos Deputados**, publicado em: 23 jun. 2021. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/776718-ccj-aprova-texto-base-de-proposta-sobre-demarcacao-de-terras-indigenas/>>. Acesso em: 05 ago. 2021.

CARTA CAPITAL. MPF abre inquérito para apurar gestão de Bolsonaro no meio ambiente. **Carta Capital**, caderno “Na Mira”, publicado em: 04 ago. 2021. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sustentabilidade/mpf-abre-inqueritos-para-apurar-gestao-de-bolsonaro-no-meio-ambiente/>>. Acesso em: 05 ago. 2021.

CASTRO, Josué de. **Geopolítica da fome**: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população do mundo. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1955.

CATSOSSA, Lucas Atanásio. ProSAVANA em Moçambique e MATOPIBA no Brasil: a base para a compreensão da geopolítica da questão agrária mundial na contemporaneidade. **Revista NERA**, v. 22, n. 47, p. 382-412, 2019.

COELHO, Tádzio Peters. **Projeto Grande Carajás**: Trinta anos de desenvolvimento frustrado. Marabá: Editora iGuana, 2015.

COSTANTINO, Agostina. El capital extranjero y el acaparamiento de tierras: conflictos sociales y acumulación por desposesión en Argentina. *Revista de Estudios Sociales*, v. 55, n. 1, p. 137-149. 2016.

CPT. **Conflitos no campo Brasil 2020**. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2021.

DEININGER, K. et al. **Rising global interest in farmland**. Can it yield sustainable and equitable benefits? Washington D.C.: The World Bank, 2011.

DESMARAIS, Annette Aurélie; QUALMAN, Darrin; MAGNAN, André; WIEBE, Nettie. ¿Propiedad agrícola para los inversionistas o las inversiones sociales? La transformación de la propiedad de la tierra en Saskatchewan, Canadá. **Revista NERA**, ano 20, n. 40, p. 181-205, 2017.

EMBRAPA. **SEALBA**: região de alto potencial agrícola no Nordeste brasileiro. Aracaju: EMBRAPA Tabuleiros Costeiros, 2019.

FERNANDES, Bernardo Mançano; CASSUNDÉ, José Ricardo de Oliveira; PEREIRA, Lorena Izá. Movimentos socioterritoriais no MATOPIBA e na Chapada do Apodi: exemplos da questão agrária neoliberal do século XXI. **Revista OKARA**: Geografia em debate, v. 12, n. 2, p. 533-548, 2018.

FERNANDES, Bernardo Mançano; FREDERICO, Samuel; PEREIRA, Lorena Izá. Acumulação pela renda da terra e disputas territoriais na fronteira agrícola brasileira. **Revista NERA**, v. 22, n. 47, p. 173-201, 2019.

FERREIRA, Simone Raquel Batista. **“Donos do lugar”**: a territorialidade quilombola do Sapê do Norte - ES. Niterói, 2009, 522f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2009.

FIOCRUZ. **Mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil**. Fundação Oswaldo Cruz, 2021. Disponível em: <<http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/breves-consideracoes-conceituais-e-metodologicas-sobre-o-mapa-de-conflitos-e-injustica-ambiental-em-saude-no-brasil/>>. Acesso em: 05 ago. 2021.

GARRIDO FILHA, Irene. **O Projeto Jari e os capitais estrangeiros na Amazônia**. Petrópolis: Editora Vozes, 1980.

GRAIN. Cercas digitais: cercamento financeiro das terras agrícolas na América do Sul. **GRAIN**, publicado em: 22 set. 2020. Disponível em: <<https://grain.org/en/article/6531-cercas-digitais-cercamento-financeiro-das-terras-agricolas-na-america-do-sul>>. Acesso em: 05 ago. 2021.

Harvey, David. O 'novo' imperialismo: acumulação por espoliação. **Socialist Register**, p. 95-125, 2004.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

LEVIEN, Michael. The land question: Special Economic Zones and the political economy of dispossession in India. **The Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 3-4, p. 933-969, 2012.

LIMA, Thiago; OLIVEIRA, Erbenia Lourenço de. Corrida global por terras: os Estados Unidos como alvo? **Revista Tempo do Mundo**, v. 4, n. 2, p. 27-47, 2018.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2009.

LUXEMBURG, Rosa. **La acumulación del capital**. Buenos Aires: Germinal, 1913.

MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da economia política. Livro I – O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MONDARDO, Marcos Leandro; AZEVEDO, José Roberto Nunes de. MATOPIBA: do domínio da terra e abuso da água aos territórios de resistência das populações tradicionais. **Revista NERA**, v. 22, n. 47, p. 296-320, 2019.

NALEPA, Rachel A.; GIANOTTI, Anne G.; BAUER, Dana M. Marginal land and the global land rush: A spatial exploration of contested lands and state-directed development in contemporary Ethiopia. **Geoforum**, v. 82, p. 237-251, 2017.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Integrar para não entregar: Políticas Públicas e Amazônia**. Campinas: Papirus, 1988.

PEREIRA, Lorena Izá. MATOPIBA: dos ajustes espaciais do agronegócio ao território de esperança do campesinato. **Revista NERA**, v. 22, n. 47, p. 09-21, 2019.

PEREIRA, Lorena Izá; PAULI, Lucas. MATOPIBA: controle do território e expansão da fronteira da estrangeirização da terra. **Revista NERA**, v. 22, n. 47, p. 148-172, 2019.

PEREIRA, Lorena Izá. **Do litoral ao semiárido: o Nordeste brasileiro como região de expansão do acaparamento do território: o caso da apropriação privada dos ventos**. São Paulo/Santiago del Estero: Rede DATALUTA/The Land Matrix, 2021.

PEREIRA, Lorena Izá; ORIGUÉLA, Camila Ferracini; COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. Multidimensionalidade, multiterritorialidade e multiescalaridade da questão agrária no Sul global. **Revista NERA**, v. 23, n. 51, p. 09-20, 2020.

PEREIRA, Lorena Izá; ORIGUÉLA, Camila Ferracini; COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. A política agrária no governo Bolsonaro: as contradições entre a expansão do agronegócio, o avanço da fome e o antiambientalismo. **Revista NERA**, v. 24, n. 58, p. 08-27, 2021.

PLOEG, Jan Bouwer van der; BORRAS JR., Saturnino; FRANCO, Jennifer. Land concentration and land grabbing in Europe: a preliminary analysis. *Canadian Journal of Development Studies*, v. 36, n. 02, p. 147-162, 2015.

REPÓRTER BRASIL & AGÊNCIA PÚBLICA. Governo não divulga dados de 72% dos agrotóxicos, protegendo multinacionais. **Repórter Brasil & Agência Pública**, publicado em: 26 nov. 2020. Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/2020/11/governo-nao-divulgados-de-72-dos-agrotoxicos-protetendo-multinacionais/>>. Acesso em: 05 ago. 2021.

RODRIGUES, Fernanda Oliveira; COSTA, Wesley Borges. “A chegada do estranho”: mineração e conflitos por água nas comunidades camponesas de Caetitê e Pindaí – Bahia, Brasil. **Revista Pegada**, v. 17, n. 1, p. 67-89, 2016.

SASSEN, Saskia. **Expulsões** - Brutalidade e complexidade na economia global. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2016.

SUDAM. A Sudam e o Projeto AMACRO. **Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia**, publicado em: 12 abr. 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/sudam/pt-br/noticias-1/a-sudam-e-o-projeto-amacro>>. Acesso em: 05 ago. 2021.

SVAMPA, Maristella. Consenso de los commodities y lenguajes de valoración en América Latina. **Nueva Sociedad**, n. 244, p. 30-46, 2013

TRALDI, Mariana. **Acumulação por despossessão**: a privatização dos ventos para a produção de energia eólica no semiárido brasileiro. Campinas, 2019, 378f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, 2019.

WANDERLEY, Luiz Jardim de Moraes. **Conflitos e movimentos sociais populares em área de mineração na Amazônia brasileira**. Rio de Janeiro, 2008. 152f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

WANDERLEY, Luiz Jardim; GONÇALVES, Ricardo Junior de Assis F.; MILANEZ, Bruno. O interesse é no minério: o neoextrativismo ultraliberal marginal e a ameaça de expansão da fronteira mineral pelo governo Bolsonaro. **Revista da ANPEGE**, v. 16, n. 29, p. 555-599, 2020.

WANDERLEY, Luiz Jardim; ROCHA LEÃO, Pedro C.; COELHO, Tádzio Peters. A apropriação da água e a violência do setor mineral no contexto do neoextrativismo brasileiro. CPT (Org.). **Conflitos no campo Brasil 2020**. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2021, p. 158-169.

---

## Sobre os autores

---

**Lorena Izá Pereira** – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. Pós-doutorado em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Pesquisadora do The Land Matrix Initiative. Presidenta da Diretoria Executiva Nacional da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) (2020/2022). **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-2352-1760>.

**Camila Ferracini Origuéla** – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Pesquisadora colaboradora do Instituto de Políticas

Públicas e Relações Internacionais (IPPRI/UNESP). **Orcid** – <https://orcid.org/0000-0002-1509-3604>.

---

### **Como citar este artigo**

---

PEREIRA, Lorena Izá; ORIGUÉLA, Camila Ferracini. As fronteiras da acumulação do capital no Sul global. **Revista NERA**, v. 24, n. 60, p. 08-22, set.-dez., 2021.

---

Recebido para publicação em 06 de agosto de 2021.

Aceito para a publicação em 20 agosto de 2021.

---